

16. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA CELEBRAÇÃO DE NOVOS CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS:

Submete-se proposta para autorização prévia para celebração de novos contratos de aquisição de serviços, nos termos e para os efeitos do disposto no artº. 49º. nº. 5, da Lei nº. 42/2016, de 28 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado).

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA CELEBRAÇÃO DE NOVOS CONTRATOS DE AQUISIÇÃO SE SERVIÇOS

Nos termos do disposto no artigo 49.º, n.º 5, da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, vulgarmente designada por LOE de 2017, *“A celebração de um novo contrato de aquisição de serviços com diferente objeto e contraparte de contrato vigente em 2016 carece de autorização prévia do membro do Governo responsável em razão da matéria, devendo o pedido ser acompanhado de indicação, por parte do dirigente máximo do serviço com competência para contratar, da compensação a efetuar para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 1”*.

E o n.º 1, do mencionado artigo 49.º, do mesmo diploma dispõe que *“Os encargos globais com contratos de aquisição de serviços, com exceção dos contratos cofinanciados, não podem ultrapassar os encargos globais pagos em 2016”*.

Para dar cumprimento a este normativo seria necessário que, para cada um dos novos contratos de aquisição de serviços, houvesse uma informação a dizer qual o contrato relativo ao ano anterior que o compensava, o que, numa realidade como a do Município de Braga, é inexequível, face aos recursos humanos e materiais disponíveis, pois estamos a falar de mais de 8 mil requisições por ano.

Por outro lado, também as alterações das aplicações informáticas que se verificaram tornam mais complicada a consulta do histórico dos dados de anos anteriores, o que dificulta ainda mais qualquer busca que se faça e torna impraticável a tentativa de manusear todos os documentos para encontrar um contrato que se possa compensar.

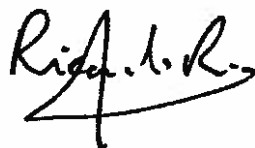
Assim sendo e considerando que o objetivo último e único do legislador parece ser o de assegurar que, mesmo no caso de novas contratações de serviços, seja sempre cumprido o disposto no n.º 1, do referido artigo 49.º, **propõe-se que o órgão executivo delibere aprovar uma autorização**

genérica para a celebração de novos contratos de aquisição de serviços com diferente objeto e contraparte de contrato vigente em 2016, operando-se uma compensação automática entre os diversos contratos de 2016 e os novos de 2017, desde que, no final do ano, se garanta que os encargos globais com contratos de aquisição de serviços, com exceção dos contratos cofinanciados, não ultrapassem os encargos globais pagos em 2016.

Por forma a assegurar uma monitorização trimestral do cumprimento desta Autorização Prévia Genérica por parte do executivo e, consequentemente, do respetivo preceito legal, deverá a Divisão de Contabilidade, Planeamento e Controlo de Gestão apresentar, no mês seguinte ao final de cada trimestre, uma informação detalhada dos encargos globais pagos em 2016 com contratos de aquisição de serviços e os encargos globais pagos até aquela data com contratos do mesmo tipo, com exceção dos contratos cofinanciados e/ou excecionados.

Braga, 13 de março de 2017

O Presidente da Câmara,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Rui A. R.', with a stylized flourish at the end.